

## **PARECER JURÍDICO N.º 10/2026**

Administrativo. Pregão Eletrônico n.º 01/2026, que tem como objeto a contratação de serviços contínuos de locação de veículos, para atender às necessidades do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE.

**INTERESSADO: CRF/SE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 03/2026**

**OBJETO:** Pregão Eletrônico n.º 01/2026. Contratação de serviços contínuos de locação de veículos, para atender às necessidades do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe - CRF/SE.

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, instituída neste Conselho Regional de Farmácia – CRF/SE, acerca do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico n.º 01/2026, que tem como objeto a contratação de serviços contínuos de locação de veículos, sem motorista e sem abastecimento de combustível, para atender às necessidades do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE, conforme especificações constantes do Termo de Referência, minuta do Edital e anexos do respectivo processo administrativo.

Inclusos aos autos: Memorando Presidência n.º 003/2026; Portaria, Estudo Técnico Preliminar Digital – ETP n.º 03/2026 e anexos, Matriz de Gerenciamento de Riscos 02/2026, Minuta do Termo de Referência, Minuta de Termo de Contrato, Pesquisa de Preços, Disponibilidade Orçamentária, Minuta do Edital, Memorando n.º 34/2026/Licitação.

É o breve relatório. Em seguida exara-se o opinativo.

---

**Avenida Beira Mar nº 352 – Bairro Treze de Julho - CEP. 49.020-010, Aracaju –  
Sergipe**

**Tel.: (079) 3211-8577/ (79) 3211-9985**

**E-mail: juridico@crfse.org.br**



O exame desta Assessoria Jurídica se dá nos termos da nova Lei de Licitação, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência do cargo, com teor elucidativo não vinculativo da Autoridade Competente.

## FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Quanto à análise do Procedimento Administrativo nº 03/2026, que vislumbra eventual contratação de serviços contínuos de locação de veículos, sem motorista e sem abastecimento de combustível, para atender às necessidades do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento menor preço, regime de execução empreitada por preço global, atraindo incidência das normas gerais estabelecidas, entre outras pertinentes à matéria,

Inferir-se pelo inciso XLI, do art. 1º da Lei 14.133/2021, que a modalidade de licitação denominada Pregão se adequa a espécie, visto que é a modalidade licitatória obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, o que de fato se observa na modalidade escolhida.

Assim, resta claro que estão presentes a legalidade para que o procedimento seja realizado na modalidade Pregão na forma Eletrônico. Após a análise da modalidade licitatória escolhida devemos observar o disposto no art. 29, da Lei 14.133/2021, que diz: “A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

Na sequência, no Parágrafo único do supracitado artigo, diz que “o pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.”

**Avenida Beira Mar nº 352 – Bairro Treze de Julho - CEP. 49.020-010, Aracaju – Sergipe**

**Tel.: (079) 3211-8577/ (79) 3211-9985**

**E-mail: juridico@crfse.org.br**



Em análise dos documentos acostados ao procedimento administrativo em questão, verifica-se que se encontram atendidas tais exigências. Ou seja, diante do destacado anteriormente, a melhor técnica jurídica orienta pela possibilidade da realização do Pregão na forma eletrônica.

Observamos ainda, que a instrução do processo licitatório atende ao que determina o art. 18, da supracitada lei, a saber:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*

*II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*

*III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*

*IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*

*V - a elaboração do edital de licitação;*

*VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*

---

**Avenida Beira Mar nº 352 – Bairro Treze de Julho - CEP. 49.020-010, Aracaju –  
Sergipe**

**Tel.: (079) 3211-8577/ (79) 3211-9985**

**E-mail: juridico@crfse.org.br**





*VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*

*VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

*IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

*X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*

*XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

Já a minuta de edital encartado aos autos atende ao que determina o art. 25, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

*Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

Nesta esteira, cumpre salientar também que não podemos perder de vista, que em procedimentos administrativos de licitação, a importância de uma boa pesquisa de preços, haja vista que a pesquisa de preços não cumpre apenas o papel de estipular o valor estimado ou máximo

da licitação. Ao contrário, ela influencia em todo o processo de contratação e justamente por isso é indispensável e é imprescindível que seja feita adequadamente.

A jurisprudência do TCU aponta também para a necessidade de se realizar pesquisa de preços da maneira mais ampla possível de modo a verificar a compatibilidade das propostas apresentadas com os preços de mercado.

Pois bem, diante do que consta dos autos estão presentes os requisitos necessários ensejadores do prosseguimento do processo licitatório em apreço, dando o mais amplo acesso aos interessados à disputa, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratados, sempre em busca da melhor oferta para a Administração.

Assim, alertamos ainda que todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso, conforme determina o §3º, da Lei 14.133/2021.

Desta feita o procedimento licitatório ora em análise está embasado nos artigos da lei de regência, estando assim dentro dos limites da legalidade.

## CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, à luz das disposições normativas pertinentes, hipótese em que configurando assim o interesse público e a preservação de seu patrimônio, temos que o certame deverá ser engendrado sob a modalidade já referida. Tomando-se como parâmetro a licitação pela modalidade Pregão Eletrônico, manifestamos **FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento do certame.

---

**Avenida Beira Mar nº 352 – Bairro Treze de Julho - CEP. 49.020-010, Aracaju –**

**Sergipe**

**Tel.: (079) 3211-8577/ (79) 3211-9985**

**E-mail: juridico@crfse.org.br**



Encaminhem-se os autos à Comissão de Licitação para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido à exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência.

Ressalto, por fim, que a veracidade das informações, documentos constantes nos autos é de responsabilidade de quem firmou.

É o parecer, S.M.J., remeto à apreciação do órgão solicitante para análise e deliberação.

Aracaju, Sergipe, 07 de abril de 2024.



Patrícia de Moura Melo  
OAB/SE 4.586